

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	5
ABREVIATURAS	7
PARTE I – IRS – ENQUADRAMENTO GERAL	9
1. Tributação do rendimento das pessoas singulares – Breve nota histórica	11
2. Conceito de rendimento	12
3. Princípios norteadores da tributação em sede de IRS	17
3.1. Enquadramento	17
3.2. Princípio da igualdade	19
3.3. Princípio da capacidade contributiva	21
3.3.1. Enquadramento geral do princípio da capacidade contributiva	21
3.3.2. Concretização ao nível do IRS	25
3.3.3. As mais-valias e o princípio da capacidade contributiva	33
3.3.4. Transferência de imóveis entre o património particular e o empresarial	35
3.3.5. O mínimo de existência	38
3.4. Princípio da tributação do rendimento líquido objetivo	39
3.5. Princípio da tributação do rendimento líquido subjetivo	40
3.6. Princípio da tributação do rendimento real	41
3.7. Princípio da solidariedade entre períodos de tributação	43
3.8. Princípio da realização	44
3.9. Princípio da conformidade com as liberdades de circulação previstas no Direito Europeu	44
4. Principais características do IRS	47
4.1. Imposto sobre o rendimento	47
4.2. Imposto pessoal	48
4.3. Imposto de base cedular	50
4.4. Imposto periódico	51
4.5. Imposto único (mas não unitário)	53
4.6. Imposto progressivo	61
4.7. Imposto direto	66
5. Estrutura e processo de liquidação do IRS	66

6. Incidência pessoal e estatutos de residência no IRS	71
6.1. Enquadramento	71
6.2. Critérios de residência	71
6.3. Âmbito de sujeição ao IRS de residentes e não residentes	73
6.4. Residentes noutro Estado membro da UE	74
6.5. Residentes não habituais	75
6.5.1. Enquadramento do regime fiscal dos residentes não habituais	75
6.5.2. Rendimentos obtidos em território português	76
6.5.3. Rendimentos obtidos no estrangeiro	78
6.6. Ex-residentes	84
7. Outras situações – IRS Jovem	86

PARTE II – CATEGORIAS DE RENDIMENTOS – INCIDÊNCIA REAL, DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO TRIBUTÁVEL E REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE CADA CATEGORIA	89
--	----

CAPÍTULO I – RENDIMENTOS DO TRABALHO DEPENDENTE – CATEGORIA A	91
1. Incidência real	91
1.1. Origem dos rendimentos do trabalho dependente	91
1.2. Remunerações tributáveis	93
1.3. Momento relevante para a sujeição a tributação	95
1.4. Remunerações acessórias e remunerações em espécie	96
1.5. Indemnização pela cessação do contrato de trabalho	101
1.5.1. Enquadramento e delimitação subjetiva	101
1.5.2. Limite máximo da exclusão de tributação	102
1.5.2.1. Remunerações regulares com carácter de retribuição	103
1.5.2.2. Remunerações sujeitas a imposto	105
1.5.2.3. Remunerações auferidas nos últimos 12 meses	106
1.5.2.4. Conceito de antiguidade na entidade devedora	107
1.5.3. Indemnização que integre remunerações em espécie	111
1.5.4. Afastamento da exclusão de tributação em caso de novo vínculo	113
1.5.5. Direitos vencidos durante os contratos	115
1.5.6. Pagamentos da indemnização diferidos no tempo ou fracionados	116
1.5.7. Distinção face à remuneração por obrigação de não concorrência	118
1.6. Alargamentos subjetivos e seu impacto ao nível da incidência real	118
1.7. Rendimentos excluídos de tributação e isenções	119
2. Deduções específicas	122

3. Regime de tributação	123
4. Retenções na fonte	126
5. Pagamentos por conta opcionais	130
CAPÍTULO II – RENDIMENTOS EMPRESARIAIS E PROFISSIONAIS	
– CATEGORIA B	131
1. Enquadramento dos rendimentos empresariais e profissionais	131
2. Delimitação da incidência real	131
2.1. Rendimentos empresariais e profissionais	131
2.2. Poder de atração da categoria B	133
2.3. Opção pela tributação das rendas na categoria B	134
2.4. Propriedade intelectual ou industrial – Repartição da incidência entre várias categorias	137
3. Momento relevante para a sujeição a tributação	138
4. Determinação do rendimento tributável da categoria B	138
4.1. Enquadramento geral	138
4.2. Regime simplificado	139
5. Dedução de perdas	140
6. Regime de tributação	141
6.1. Traços gerais do regime	141
6.2. Particularidades	142
7. Retenções na fonte	143
8. Pagamentos por conta	146
CAPÍTULO III – RENDIMENTOS DE CAPITALIS – CATEGORIA E	
1. Enquadramento dos rendimentos de capitais	147
2. Delimitação da incidência real	148
2.1. Conceito de rendimentos de capitais	148
2.2. Delimitação face a outras categorias de rendimento	150
2.3. Factos geradores de rendimentos de capitais	153
2.4. Presunções relativas a rendimentos de capitais	159
3. Juros contáveis e outros aspetos da incidência real	161
4. Momento relevante para a sujeição a tributação	163
5. Inexistência de deduções específicas e de dedução de perdas	167
6. Tributação dos rendimentos de capitais	168
6.1. Enquadramento e evolução da tributação	168
6.2. Retenção na fonte liberatória	169
6.3. Opção pelo englobamento	171
7. Eliminação da dupla tributação económica	173
8. Benefícios fiscais	175
9. Obrigações acessórias	175

CAPÍTULO IV – RENDIMENTOS PREDIAIS – CATEGORIA F	177
1. Enquadramento dos rendimentos prediais	177
2. Delimitação da incidência real	179
2.1. Prédio	179
2.2. Renda	182
2.3. Exclusão da tributação das “rendas imputadas”	184
2.4. Sobretributação dos rendimentos prediais	186
3. Deduções específicas aos rendimentos prediais	187
3.1. Regime das deduções	187
3.2. A questão da sublocação	194
4. Dedução de perdas	197
5. Tributação autónoma a taxa especial	199
6. Retenção na fonte	203
7. Obrigações acessórias	204
8. Rendimentos prediais enquadrados na categoria B	205
8.1. Poder de atração da categoria B	205
8.2. Opção pela tributação na categoria B	206
8.2.1. Origens e linhas gerais	206
8.2.2. Afetação e desafetação dos imóveis do património empresarial	209
8.3. Regime fiscal dos rendimentos prediais integrados na categoria B	211
8.3.1. Determinação do rendimento tributável	211
8.3.2. Dedução de perdas	212
8.3.3. Tributação dos residentes mediante englobamento	213
8.3.4. Efeitos da integração na categoria B ao nível de uma venda do imóvel	214
8.3.5. Retenção na fonte	215
8.4. Tributação dos rendimentos do alojamento local	220
CAPÍTULO V – INCREMENTOS PATRIMONIAIS – CATEGORIA G	225
1. Enquadramento dos incrementos patrimoniais	225
2. Mais-valias – Incidência	226
2.1. Conceito de mais-valias	226
2.2. As mais-valias no CIRS	227
2.3. Factos geradores de mais-valias	231
2.3.1. Mais-valias imobiliárias	233
2.3.2. Mais-valias mobiliárias	234
2.3.3. Mais-valias referentes a propriedade intelectual ou industrial	234
2.3.4. A questão da afetação de bens do património particular a atividades empresariais e profissionais	235
2.4. Delimitação geral face a outras categorias de rendimento	239

2.5. Momento da obtenção do ganho	242
2.6. Não tributação das mais-valias potenciais ou latentes	244
3. Mais-valias imobiliárias	245
3.1. Exclusões de tributação	245
3.1.1. Regime transitório da categoria G	245
3.1.2. Regime do reinvestimento do valor de realização	248
3.1.2.1. Linhas gerais do regime do reinvestimento em imóveis	248
3.1.2.2. Evolução do regime do reinvestimento em imóveis	251
3.1.2.3. Tipos de reinvestimento em imóveis e suas particularidades	254
3.1.2.4. Novo regime do reinvestimento em seguros ou fundos de pensões	258
3.2. Determinação do valor da mais-valia imobiliária tributável	260
3.2.1. Cálculo da mais-valia imobiliária	260
3.2.2. Correção monetária e despesas e encargos na mais-valia imobiliária	265
3.3. Atenuação da tributação das mais-valias imobiliárias	269
3.3.1. Enquadramento e regime previsto	269
3.3.2. A questão dos residentes noutro Estado membro da UE	271
3.4. Dedução de perdas na mais-valia imobiliária	274
3.5. Regime de tributação da mais-valia imobiliária	275
3.6. Obrigações acessórias	277
4. Mais-valias mobiliárias	278
4.1. Evolução da tributação das mais-valias mobiliárias no âmbito do IRS	278
4.2. Mais-valias mobiliárias – Factos geradores	283
4.3. Exclusão de tributação	284
4.4. Determinação do valor da mais-valia tributável	284
4.5. Dedução de perdas	288
4.6. Regime de tributação	289
5. Mais-valias referentes a propriedade intelectual ou industrial	291
6. Outros incrementos patrimoniais	292
6.1. Indemnizações	293
6.1.1. Delimitação da incidência	293
6.1.2. Regime de tributação	298
6.2. Obrigações de não concorrência	298
6.3. Acréscimos patrimoniais não justificados	300
6.4. Renúncia onerosa – Contratos relativos a bens imóveis	300
CAPÍTULO VI – PENSÕES – CATEGORIA H	303
1. Incidência real	303
2. Determinação do rendimento coletável	304

3. Regime de tributação	305
4. Retenções na fonte	306
5. Pagamentos por conta opcionais	307
PARTE III – ELEMENTOS SINTÉTICOS DO IRS – NORMAS COMUNS DO IMPOSTO	309
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO	311
CAPÍTULO II – NORMAS COMUNS DO IMPOSTO	315
1. Englobamento	315
2. Taxas de IRS	318
2.1. Taxas gerais do IRS	318
2.2. Taxa adicional de solidariedade	319
2.3. Taxas liberatórias e taxas especiais de tributação	319
2.4. Taxas de tributação autónoma de encargos	319
3. Quociente conjugal	323
4. Deduções à coleta	326
4.1. Enquadramento e alusões ao regime	326
4.2. Deduções à coleta vs. abatimentos	328
5. Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional	330
6. Retenções na fonte e pagamentos por conta	334
6.1. Retenções na fonte	334
6.2. Pagamentos por conta	338
7. Declaração de rendimentos	339
8. Liquidação do IRS	340
BIBLIOGRAFIA GERAL	341